

Juiz de Fora, 05 de junho de 2020.

Pregão Eletrônico nº 087/19

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em pesquisa de satisfação e diagnóstico de imagem, por meio de métodos qualitativos e quantitativos, junto à população de Juiz de Fora (MG) – usuária dos serviços de água e esgoto prestados pela Cesama.

Apresentamos questionamentos encaminhados por empresas interessadas em participar do Pregão Eletrônico nº 087/19 e resposta conforme área técnica da CESAMA.

QUESTIONAMENTOS (Q) e RESPOSTAS (R)

Q¹: Vimos por meio deste solicitar a V.sas, reavaliação e análise do edital, supra citado, visto que o mesmo traz, em sua exigência de qualificação técnica, valores que não medirão de fato a capacidade técnica do licitante a ser contratado, associação a um órgão de não obrigatoriedade no exercício das empresas de pesquisas de opinião e mercado.

O edital no seu item 6.1.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, exige-se apenas que:

A licitante deve ser filiada à Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa – ABEP. A filiação será confirmada pela Cesama por meio da listagem atualizada de filiados no site da Abep <http://www.abep.org/diretorio-dos-filiados-abep>.

Vejamos: a ABEP, é uma associação que representa, aproxima, orienta, defende e realiza cursos e eventos voltados aos interesses das empresas de pesquisa(texto retirado de site da mesma)

Ora se estamos falando em pesquisas de opinião, onde os serviços a serem executados terão que ter um grande respaldo técnico estatístico, como:

5.1.17 A contratada deverá produzir o planejamento das pesquisas quantitativa e qualitativa, com definição da amostra, confecção dos instrumentos e roteiros de coleta de dados quantitativos e qualitativos, aplicação e controle das entrevistas e dos grupos focais, transcrição e tabulação dos dados, elaboração dos relatórios e apresentação dos resultados obtidos. Todo o planejamento deverá ser apresentado à Cesama para validação antes do início dos trabalhos;

e ainda

5.1.19.3 A Contratada deverá fazer a análise do conteúdo, além de elaborar relatórios descritivos e analíticos,

Observamos e estranhamos o fato de não se exigir no edital que a empresa tenha no seu quadro, estatístico que é o profissional responsável técnico e especialista na elaboração de amostras de pesquisas quantitativas, tabulação de dados, relatórios estatísticos, descritivos e analíticos, e que este esteja com registro regularizado e válido, no devido conselho fiscalizador - Conselho Regional de Estatística – CONRE.

E completando que a empresa também esteja registrada junto a este que é o único órgão que regulamenta, fiscaliza e tem obrigatoriedade de registro de todas as empresas que oferecem serviços de pesquisas de opinião e mercado.

Indo um pouco mais além existem também os atestados de comprovação de capacidade técnica, de serviços similares ao objeto, que poderão comprovar a capacidade dos licitantes e que poderão ser exigidos em quantidades, prazos e serviços similares.

Assim, seguindo estes itens, que fazem parte de artigos e parágrafos da Lei 8666/93, amparada pela Lei 10.520 quando diz:

XIII - a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;

Apesar de não mencionada no edital, a Lei 8.666/93, também rege os processos de licitações então baseadas nestas a contratada estará exigindo documentos que regularizam as empresas que oferecem estes serviços, e profissionais com funções ou cargos de responsabilidade técnica devida à comprovação de sua capacidade na execução dos serviços apontados no edital.

Assim sendo solicitamos a contratante que seja retirada a exigência de associação à ABEP e inseridas as citadas e sugeridas acima; as quais poderão num maior rigor, cumprir a comprovação de capacidade técnica do licitante que virá a ser contratado, fazendo-se jus ao que as leis determinam e exigem e o que virá a oferecer à contratante ampliação da concorrência, no que acreditamos ser o principal interesse da instituição, e que mais uma vez não estará ferindo aos artigos da Lei 8666:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.(Redação dada pela Lei 12349, de 2010) (Regulamento)

§1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei 8248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei 12349, de 2010)

Art. 30.A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I-registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II-comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Resposta: O Termo de Referência foi revisado e a exigência para qualificação técnica das licitantes, de acordo com item 10 do Termo de Referência, passou a ser:

10. EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO / PROPOSTA

Para qualificação técnica:

10.1. Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, mediante apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado.

10.2. Prova de inscrição ou registro da CONTRATADA junto ao Conselho Regional de Estatística (CONRE) ou Conselho de Administração (CRA) do Estado de origem.

10.2.1. A empresa que possuir registro no CONRE deve possuir também um administrador devidamente registrado no CRA de sua região; ou

10.2.2. A empresa que possuir registro no CRA deve possuir também um estatístico devidamente registrado no CONRE de sua região.

10.3 Os vistos no CONRE6-MG ou CRA-MG só serão exigidos ao vencedor da licitação.

Colocamo-nos a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Renata Neves de Mello
Pregoeira – CESAMA
(32) 3692-9201 / 9198 /9200
licita@cesama.com.br